



**8º Encontro Internacional de Política Social**  
**15º Encontro Nacional de Política Social**  
Tema: Questão social, violência e segurança pública:  
desafios e perspectivas  
Vitória (ES, Brasil), 16 a 19 de novembro de 2020

---

Eixo: Fundamentos Teóricos da Política Social.

**Tendências da Política Social e Intersetorialidade: o caso São Gonçalo (RJ)**

**Sueli do Nascimento<sup>1</sup>**

**Resumo:** O texto versa sobre as políticas sociais e, no interior, a intersectorialidade que foi estudada a partir das reflexões dos servidores públicos do município de São Gonçalo (RJ). Busca-se desta forma dar voz aos sujeitos envolvidos nas relações setoriais, quando vem sendo exigida performance intersectorial na administração pública; entretanto observa-se a necessidade de se trabalhar os significados/conceitos sobre o tema, bem como resgatar um debate sobre orçamento, relações interpessoais e interprofissionais, a interdisciplinaridade dentre outros. Vimos que há uma necessidade de se continuar o debate para a apropriação do tema de forma a inseri-lo nas ações cotidianas em São Gonçalo.

**Palavras-chave:** política social; intersectorialidade; servidores públicos.

**Trends in Social Policy and Intersectoriality: a study in São Gonçalo (RJ)**

**Abstract:** The text deals with social policies and inland the intersectoriality that was studied from the reflections of public servants in the municipality of São Gonçalo (RJ). In this way, the aim is to give a voice to the subjects involved in the sectorial relations, more than that intersectoral performance has been required in public administration; however, there is a need to work on the meanings / concepts on the theme, as well as to rescue a debate on budget, interpersonal and interprofessional relations, interdisciplinarity, among others. We saw that there is a need to continue the debate for the appropriation of the theme in order to insert it in everyday actions in São Gonçalo.

**Keywords:** social policy; intersectoriality; public servants.

## **1 Introdução**

A reflexão aqui proposta parte da realidade sócio-econômica do Município de São Gonçalo-RJ, quando foi criada uma demanda do ente público municipal para debater os limites e possibilidades da intersectorialidade. Este município apresenta uma estimativa de crescimento populacional para 2019 de 1.084.839 pessoas conforme nos aponta IBGE Cidades (2020).

O IBGE nos informa que em 2017, o salário mínimo médio mensal da população economicamente ativa era de 2,1 salários mínimos. O número de pessoas ocupadas em relação à população residente era de 11.9%. Houve a preocupação de refletir os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa chegando a 34.5% da

---

<sup>1</sup> Doutora em Serviço Social, professora do Curso de Serviço Social da UniRedentor Paraíba do Sul. Email: susucimento@gmail.com.

população nessas condições.

Refletindo sobre a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade é 96,7 % demonstrando o trabalho que o município vem buscando atingir 100%. Entretanto não são mensuradas as condições e as formas em que esta taxa foi alcançada.

A taxa de mortalidade infantil na cidade é de 12,75 para 1.000 nascidos vivos e as internações devido a diarreias são de 0.3 para cada 1.000 habitantes. Demonstrando o baixo investimento em saneamento básico e o cuidado com os nascituros.

No que se refere a taxa de desemprego investigado no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho, o município fechou o ano de 2019 com 31.339 admissões e 31.154 desligamentos com uma diferença positiva de 185 admissões. Entretanto, comparando com os valores de dezembro de 2019 tiveram 2.238 admissões e 2382 desligamentos em saldo negativo de desligamento de -144.

Essas informações podem nos ajudar a traçar um perfil do município e compreender como as políticas sociais locais são de extrema importância para uma população de mais um milhão de habitantes e com 34,5% dos domicílios sobrevivendo com meio salário mínimo mensal. Assim, como refletir as políticas sociais para esta conjuntura restritiva e regressiva que vivemos no âmbito local?

Neste sentido, a intersectorialidade ganha uma tônica de debate para se compreender as relações entre os setores e para onde se deseja chegar nas relações existentes entre as políticas públicas. Diante disso que este artigo está sendo pensado para contribuir com os debates no âmbito local para o enfrentamento das dificuldades das equipes técnicas e gestores das políticas sociais.

Assim, o objetivo proposto é ressaltar o valor que deve ser estabelecido entre as tendências das políticas sociais e a intersectorialidade em âmbito local, tendo como pressuposto a realização de um diagnóstico com os servidores públicos do município de São Gonçalo – RJ para entender a compreensão, a dificuldade, e a realidade local da intersectorialidade no município.

A metodologia realizada foi a pesquisa bibliográfica e aplicação de um questionário *online*, via formulário do Google, entre os dias 26/12/2019 e 15/02/2020, com o cadastro de 88 servidores públicos e com o retorno de 22 formulários respondidos.

A relevância da investigação realizada foi dar voz aos servidores públicos para discutirem a intersectorialidade a partir da realidade em que vivem e deixar uma contribuição que atendesse à dimensão conceitual/significado da temática no interior das

políticas sociais que vêm sendo implementadas no município.

Observamos que a intersetorialidade para os servidores precisa ser mais aprofundada e discutida, pois um encontro inicial não resolveria todas as demandas e questões. E para eles há impactos da relação entre os setores nos intercâmbios cotidianos levando a produção de conhecimento, resolução de problemas dentre outras observações.

Assim, este artigo está dividido nesta pequena introdução e na sequência, o debate das tendências das políticas sociais nos anos 2000. Em seguida, discutimos sobre a intersetorialidade partindo das reflexões dos servidores públicos do município de São Gonçalo-RJ e terminamos com algumas considerações.

## **2 Uma reflexão inicial das tendências das Políticas Sociais nos anos 2000**

A política social deve ser considerada na sua função de reprodução da força de trabalho, ou seja, na necessidade que o trabalhador dispõe para trabalhar, mas possui questões objetivas para a sua manutenção e da família na sociedade capitalista que é viabilizada pelo Estado por meio de políticas. Por outro lado, Faleiros (2013, p.54) expõe que as políticas sociais não asseguram apenas os trabalhadores vinculados à produção, mas os que estão fora da produção como: crianças, idosos e inválidos por meio da manutenção do consumo.

Diante do exposto, Behring e Boschetti (2011) expõem que o significado da política social não pode ser entendido apenas como inserção no mundo do capital ou pela luta de interesses dos sujeitos, mas historicamente. Assim, as autoras mencionam a necessidade do reconhecimento do papel do Estado no que tange à clareza das múltiplas determinações que o integra ao processo de definição das políticas sociais.

As políticas sociais possuem algumas tendências contrarreformistas quando seu processo de monetarização nos anos 2000 as coloca em evidência com o fim das ações concretas executadas pelo Estado, viabilizadas pelos servidores públicos os quais são apontados como culpados pela necessidade do desmonte da máquina pública. Ou seja, é uma tendência que vem sendo executada silenciosamente, no entendimento de Werneck Vianna (2001), desde os anos 1990 com a Seguridade Social.

Werneck Vianna (2001) menciona três mitos produzidos no discurso neoliberal, quais sejam: tecnicista, que visa à despolitização do debate sobre a seguridade com ênfase

da receita técnica; naturalista, que visa à naturalização da crise e do estado terminal da seguridade social e por fim, o maniqueísta, que busca fórmulas de supremacia para o entendimento da solução da crise. Com isso, desqualificando servidores e até mesmo culpabilizando-os pelos problemas de financiamento dos benefícios previdenciários e assistenciais.

Silva (2012) explica a função da monetarização das políticas sociais a partir de dois caminhos, ou seja: o repasse para os beneficiários e para o capital que requer recursos para gerir os benefícios das políticas sociais. Assim, a autora diz que o fundamental das políticas monetarizadas é a inserção da força de trabalho no mundo financeiro e transformar o cidadão com garantia de direitos em “cidadão-consumidor”, agente essencial para acumulação capitalista. E mais, transformar os trabalhadores pauperizados em consumidores do mundo financeiro, ampliando o mundo do circuito da financeirização da vida social via transferências para instituições bancárias.

Vale ressaltar que Silva (2012) nos informa sobre os benefícios da prática de transferência de renda das políticas sociais para o capital, que são: (a) importantes medidas de focalização das políticas sociais, projeto pretendido pelo grande capital que busca combater a universalização dos direitos sociais duramente conquistados para atender as suas exigências de valorização; (b) relevantes para a realização do valor, já que amplia o acesso ao consumo da camada pauperizada da classe trabalhadora que em geral possui baixíssimo ou nenhum rendimento; (c) meios de drenar recursos de suas atividades de operacionalização dos benefícios; (d) mecanismos astuto de inserção dos mais pobres no mundo das finanças pela disponibilidade de acesso aos serviços do sistema bancário, permeado de fetiche.

Neste caso, Silva (2012) constata que o baixo custo das políticas sociais favorece a acumulação do capital pela quantidade de beneficiários e, por outro lado, a política social que deveria ser universal, ganha corpo de “desuniversalização” das garantias sociais para a população, promovendo a focalização das políticas sociais à extrema pobreza. Isso posto, as políticas sociais nos anos 2000 ganham a função de valorizar a acumulação do capital a baixo custo.

Diante do debate da monetarização, Boschetti (2012) discute que a ênfase no consumo articulado com a política de transferência de renda se constituiu em um modelo de desenvolvimento econômico despótico, já que não há investimentos estruturais nas políticas sociais de corte universal, favorecendo a focalização. E a autora acrescenta: tais

investimentos articulados com o desemprego estrutural são uma estratégia basilar do capitalismo para regular o mercado e as tensões entre classes.

Com o exposto, há outro fator de tendência para a política social, de acordo com Werneck Vianna (2010), ou seja, uma das estratégias para o enfrentamento da questão social é o empreendedorismo<sup>2</sup>, pois o desemprego estrutural não foi o foco das políticas de desenvolvimento, sobressaindo o assistencialismo.

Para Behring (2010) existe a desconsideração das cláusulas sociais da Constituição Federal de 1988, bem como, o deslocamento do debate da pobreza e da questão social para as capacidades individuais<sup>3</sup> dos trabalhadores no sentido de responsabilizá-los sobre as condições da própria sobrevivência.

Por outro lado, Boschetti (2010) diz que existem novas modalidades de garantia de renda através do setor de serviços, quando se diminui as políticas de geração de emprego com direitos e favorece a mercantilização de serviços públicos, a exemplo da educação, saúde e previdência.

Outra tendência das políticas sociais nos anos 2000 foi o desmonte da seguridade social com o discurso da crise, viabilizada pela sua implosão, quando há no mundo capitalista a preocupação com os sistemas públicos de Seguridade.

De acordo com Granemann (2007) o diagnóstico efetuado apresenta-se “coerente” modelagem para a realização das contrarreformas dos sistemas públicos de previdência ao redor do mundo. O modelo do Banco Mundial, difundido a partir de 1994, fundamenta-se na “teoria dos três pilares”, assim constituída:

- a) O “primeiro pilar”: uma previdência social gerida pelo Estado, de caráter obrigatório e que deveria assegurar um benefício mínimo para combater a indigência na velhice. No caso brasileiro, o “primeiro pilar” do Banco Mundial aproxima-se muito mais das políticas de “garantia de renda mínima” e dos benefícios assistenciais do tipo Benefício de Prestação Continuada (BPC). Para o Banco Mundial, este “pilar” destina-se aos que não possuem o direito a aposentadorias por não terem formalmente comprovado tempo de contribuição
- b) O “segundo pilar”, também de caráter obrigatório, baseia-se em planos de

---

<sup>2</sup> Segundo WerneckVianna o empreendedorismo é um dos “pilares da tecnologia de enfrentamento da questão social que as Índias exportam: o pequeno negócio, que, viabilizado pelo microcrédito, empodera, eleva a auto-estima, desenvolve a responsabilidade individual, inclui o pobre no universo da liberdade que é o mercado”. (WERNECK VIANNA, 2010, p. 148)

<sup>3</sup> Conforme as ponderações do economista Amartya Sen (2010), as capacidades individuais relacionam-se com a seguinte análise: “Embora seja importante distinguir conceitualmente a noção de pobreza como inadequação de capacidade da noção de pobreza como baixo nível de renda, essas duas perspectivas não podem deixar de ser vinculadas, uma vez que a renda é um meio importantíssimo de obter capacidades. E, como maiores capacidades para viver sua vida tenderiam, em geral, a aumentar o potencial de uma pessoa para ser mais produtiva e auferir renda mais elevada, também esperaríamos uma relação na qual um aumento de capacidade conduzisse a um maior poder de auferir renda, e não o inverso” (SEN, 2010, p. 123-124)

“poupança” de tipo profissional (vale dizer, ligado ao contrato de trabalho, o fundo de pensão/previdência complementar fechada). Diferente do primeiro pilar, neste a gestão deverá ser privada e o sistema de aposentadorias deve operar por capitalização.

c) O “terceiro pilar” denomina-se “voluntário” ou “pessoal”. Funciona por capitalização e é oferecido por empresas de previdência complementar aberta, como os bancos e as seguradoras. É individual e por isso não está vinculado a qualquer relação de trabalho ou aos “direitos corporativos”. (GRANEMANN, 2007, p. 61)

Busco com o auxílio de Granemann (2007) demonstrar uma tendência muito presente quando se fala na Seguridade Social, que é a privatização da Saúde e da Previdência e da extensão da política de Assistência Social através das políticas de transferência de renda<sup>4</sup>. Ou seja, há uma política velada de substituição de emprego com direitos e, conseqüentemente, o acesso à previdência por uma política de substituição de pleno emprego, vinculado a política de transferência de renda, que não assegura acesso a previdência social e atende os preceitos do Banco Mundial. O que se apresenta é a implosão da Seguridade Social enquanto direito constitucional, mas existe uma relação entre Previdência Social e Assistência Social, no sentido de substituir os direitos previdenciários, principalmente, a aposentadoria por “bolsa”.

Outras tendências observadas por Pereira (2012) podem ser elencadas no que se segue: direitização da política social, já que foi cooptada pelo neoliberalismo dos anos de 1980; a precarização do trabalho foi substituído pela transferência de renda através de atividades laborais existentes no interior da política social de forma impositiva; a substituição das condições formais de reconhecimento da cidadania posta pelas políticas sociais em responsabilização dos pobres pelo seu próprio sustento e bem estar. Neste caso, vale lembrar Agambem (2004) quando nos demonstra que o estado de exceção não combina com os direitos sociais conquistados pós-ditadura militar e consolidado na Constituição de 1988.

É necessário trazer um dado importante sobre as tendências das políticas sociais

---

<sup>4</sup>Esse debate também é empreendido por Mota (2010) no texto a “Centralidade da Assistência Social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000” quando demonstra que “as classes dominantes invocam a política de Assistência Social para combater a pobreza relativa e nela imprimem o selo de enfrentamento da desigualdade ao tempo que exercitam a sua condição de classe dirigente, posto que “os movimentos definidos como de repolitização da política objetivam mostrar a camadas cada vez mais consideráveis da sociedade a legitimidade do projeto societário formulado e colocado em execução” (NEVES, 2005, p 33). E continua a autora alertando para o fato de que esse projeto supõe que os “incluídos” passem não apenas a usufruir dos serviços sociais oferecidos, mas se transformem em colaboradores dos mecanismos de consenso que, em situação contrária, poderiam representar uma ameaça ao *status quo*. (MOTA, 2010, p. 141-142)

nas reflexões de Marques (2018):

Não interessa ao capital financeiro, na forma de capital fictício, a manutenção de políticas sociais como as que conformaram aquilo que chamamos de WelfareState ou mesmo nas formas mais limitadas como a proteção social existente em países das América Latina, que tinham como fundamento garantir a socialização de parte do custo de reprodução da força de trabalho e a manutenção de níveis da renda para além do período de atividade. [...] A constatação desse fato, decorrente da base sobre a qual se assenta os ganhos do capital fictício, não significa dizer que o capital não tenha um mínimo de coesão social seja garantindo, se faz necessário que ele realize algumas políticas sociais dirigidas aos segmentos mais pobres da população, especialmente aquelas que garantam um mínimo de renda e cuidados com relação à saúde. Caso isso não seja feito, a “paz social” somente pode existir com governos abertamente policialesco e repressores ao extremo, denotando a verdadeira natureza do Estado capitalista. (MARQUES, 2018, p. 121)

Assim, é necessário pensar a política social enquanto estratégia do capital para a realização da paz social em sociedade, ainda que de forma monetarizada e financeira. Caso contrário, a repressão e a perseguição se fazem de forma expressiva e não velada. Vivemos tempos de barbárie em que a política social é reduzida ao silêncio da população na reivindicação das garantias constitucionais, quando na verdade deveria e deve ser vista enquanto direito social.

É no bojo destas tendências para as políticas sociais nos anos 2000 que precisamos realizar um debate no qual se promove o intercâmbio ou a interação entre as políticas sociais e públicas através da intersetorialidade. Para estudarmos o encontro entre as políticas, voltamo-nos para as falas dos servidores públicos do município de São Gonçalo, a fim de conhecer as perspectivas do tema em âmbito local.

### **3 Um debate sobre a Intersetorialidade nas políticas sociais: um estudo de caso do Município de São Gonçalo (RJ)**

Dado o processo de desmonte das políticas sociais conforme as bases da Constituição de 1988, como podemos pensar a intersetorialidade na atual conjuntura de monetarização da política social e de sua restrição com a Lei do Teto dos Gastos<sup>5</sup>?

Aqui vem sendo sinalizado a necessidade de pensar a intersetorialidade estrategicamente no interior dos municípios onde as políticas públicas em tempos de

---

<sup>5</sup> Emenda Constitucional 95/2016 – Teto dos Gastos Públicos, que congela os gastos voltados às políticas sociais, capturando o fundo público a fim de privilegiar políticas públicas voltadas para o capital.

contrarreformas rígidas, podem atender às necessidades do capital de se reproduzir via fundo público ou servirem para direcionar o atendimento para a população em âmbito local.

Assim, vale nos lembrar de Bronzo e Veiga (2007) aos nos remeterem ao debate da intersetorialidade no bojo das mudanças postas pela Reforma do Estado em que se prioriza a redução do Estado no que concerne ao fornecimento de políticas sociais para a população; as mudanças no mundo do trabalho e da tecnologia, a globalização e a internacionalização que favoreceu o contato entre os Estados e a complexificação da agenda pública em detrimento dos recursos orçamentários reduzidos.

É no seio das transformações do Estado que as políticas sociais vão sendo impactadas pelo discurso de ódio e legitimação por parte dos governantes que informam da necessidade de sua redução como forma de atender a todos nos anos posteriores.

Assim, pensar a intersetorialidade enquanto estratégia no âmbito municipal é levar em consideração o que Inojosa (1998) propõe da seguinte forma:

Os governos direcionados para a promoção do desenvolvimento social e garantia dos mínimos sociais a todos os cidadãos precisam construir uma interferência intencional e monitorada nas questões que estão no seu espaço de governabilidade.

O modelo que tem como paradigma de organização a intersetorialidade visa propiciar a introdução de práticas de planejamento e avaliação participativas e integradas, na perspectiva situacional, de compartilhamento de informações e de permeabilização ao controle social. (INOJOSA, 1998, p.43)

Mas como introduzir elementos de interferência que valorize o monitoramento, planejamento e avaliação de políticas públicas numa conjuntura intensamente adversa? O que temos que realizar para que a Intersertorialidade seja implementada nos municípios para atendimentos das demandas da população? Onde estão os problemas a serem enfrentados? Para responder estas e outras questões que foi elaborada uma investigação com os servidores da prefeitura de São Gonçalo com apoio da equipe da SEMID (Secretaria Especial da Mulher, Idoso e Pessoa com Deficiência de São Gonçalo-RJ) com encaminhamento do formulário *online*, via Google, para ser preenchido com perguntas abertas e fechadas entre os dias 26/12/2019 e com encerramento de recebimento dos formulários no dia 15/02/2020. Foi cadastrado pela equipe da SEMID 88 emails de servidores municipais e tivemos o retorno de 22 formulários – 25% do total – quantidade considerável de análise para a pesquisa.

A metodologia utilizada foi a técnica de Análise de Conteúdo das respostas que possibilitou a elaboração de sínteses interpretativas de cada questão do formulário e

favoreceu entender como os servidores públicos do município de São Gonçalo vêm compreendendo a questão.

Os servidores ao serem inqueridos sobre o conhecimento da intersetorialidade responderam que ouviram falar 86,4%, não ouviram falar 9,1% e talvez 4,5%. Neste caso, os que ouviram falar entendem a intersetorialidade da seguinte forma: estratégia, articulação, integração e junção; se acrescenta a sinergia, planejamento e união no interior da gestão e, por fim, domínio de uma profissão ou mais e abrange outras disciplinas.

Quando questionamos se deveria haver intersetorialidade entre as políticas públicas: 73,7% disse que sim e 26,3% talvez. Nesta lógica a importância da intersetorialidade foi interpretada da seguinte forma: viabiliza a articulação no interior da administração pública; favorece o atendimento de demandas da população; favorece a eficácia, efetividade e eficiência da política pública; e, viabiliza a participação social e a garantia de direitos.

Buscamos compreender a importância da intersetorialidade para São Gonçalo e chegamos as sínteses interpretativas a seguir: a efetividade, eficácia e agilidade para encontrar solução para as questões sociais; para a gestão desenvolver um bom trabalho e facilitar a rotina das políticas; desenvolvimento de políticas com a participação e integração entre gestores e técnicos de forma contínua para a resolução de problemas e ampliando a qualidade dos serviços; construção de ações em trabalho de rede para atendimento das demandas e desenvolvimento de atividades; e, “a intersetorialidade não é jogar o problema para o outro”, mas trabalho coletivo com o comprometimento dos gestores para o enfrentamento da questão social em São Gonçalo.

O interessante foi observar a percepção da existência da intersetorialidade no município em questão, quando recebemos como resposta que 50% diz existir intersetorialidade, 40,9% diz não existir e 9,1% diz que talvez exista. Diante dos que afirmaram não ou talvez existir foi perguntado o porquê e chegamos as seguintes sínteses: desconhecimento e ausência de comunicação entre as políticas levando ao desencontro do poder público; desconhecimento da importância da intersetorialidade, por ser um tema novo e falta apoio, já que as políticas são organizadas setorialmente e por órgãos; e, existe a fragilidade e crise da política local.

Buscamos interrogar sobre as dificuldades da intersetorialidade no município de São Gonçalo. E conseguimos analisar as seguintes sínteses interpretativas: a relação intersetorialidade e setorialidade das políticas: político-partidária e políticas públicas; a

discussão orçamentária vinculada aos recursos humanos e materiais escassos; o contexto sócio-histórico de diretrizes para as políticas públicas com a conjuntura neoliberal; a relação rede e intersetorialidade; a relação interdisciplinaridade e intersetorialidade; e nos momentos em que a intersetorialidade ou um trabalho de equipe/rede se organiza se apresentam as dificuldades no que concernem às relações interprofissionais, relações interpessoais e com a população, através das demandas ou da participação.

Quando nos referimos aos impactos da intersetorialidade nas relações sociais cotidianas, chegamos aos seguintes termos: 95,5 % afirmaram a existência de impactos e 4,5% responderam que talvez haja impactos. Quando questionamos quais seriam os impactos conseguimos as seguintes sínteses: entrosamento, integração e o fortalecimento do diálogo entre os setores; favorece no intercâmbio de encaminhamento e soluções de problemas dos usuários; eleva a qualidade do atendimento e encaminhamento do usuário; favorece a realização do diagnóstico social e a elaboração de uma agenda de ação; impacta na falta de diálogo dos setores das políticas públicas.

Ao realizar uma reflexão sobre a intersetorialidade entre os gestores das políticas públicas municipais se concluiu que: ampliação da resolução de problemas e a garantia de acesso aos serviços para os usuários; existe uma melhora na comunicação alcançando resultados e em consequência a interação de várias políticas.; favorece a articulação de saberes técnicos viabilizando os pactos, as diretrizes para a construção de um planejamento estratégico e enfrentamentos das relações interpessoais e interprofissionais deficitárias.

Foi questionado se existia alguma dúvida sobre a intersetorialidade e foram elencadas as seguintes perguntas sínteses: Como se dá o conhecimento de seu conceito e significado e onde deve ser aplicada e colocada em prática? Como se realiza a relação disciplinar e interdisciplinar? Como se realiza com a participação e gestão social? Como ajustar setorialidade e intersetorialidade? Como se realiza a comunicação?

Observamos que as dúvidas versavam sobre os conceitos e significados, bem como a forma de colocar a intersetorialidade em prática. O debate da interdisciplinaridade e disciplinaridade foi ressaltado, e da mesma forma as exigências de uma participação e gestão social. Por fim, havia uma necessidade de pensar o ajustamento entre o debate da setorialidade com a intersetorialidade.

Observamos que os servidores públicos que responderam as questões apontaram dificuldade de entender, aplicar e realizar a interação entre os setores, os quais seriam a

nosso ver questões relevantes para se implementar uma estratégia de intersetorialidade no município. Por outro lado, apresentam os desafios de enfrentarem as próprias dificuldades sobre o tema, neste caso, ainda que haja um avanço das políticas se faz necessário ganhar tempo para as discussões relacionadas as relações interpessoais e interprofissionais existentes nas pastas das políticas públicas, principalmente no que concerne ao orgulho, egoísmo e vaidade.

Quando nos remetemos aos conceitos e significados da intersetorialidade levamos em consideração Sposati (2006, p.134), ao dizer que “a intersetorialidade na gestão pública significa adotar uma decisão racional no processo de gestão, cuja aplicação pode ser positiva ou não”.

Outros conceitos resgatados por Shutz e Miotto (2010) são a intersetorialidade enquanto complementariedade no sentido de sobrepor a fragmentação das políticas, a intersetorialidade enquanto prática que propõe a troca de experiência como ênfase da relação estabelecida e, por fim, o trabalho em rede que favorece aos encontros e organizações de serviços.

Por outro lado, Sposati (2006) nos coloca que a intersetorialidade não pode ser vista como “antagônica da setorialidade” e muito menos contrapô-las, já que estas são complementares e se faz necessário estabelecer uma relação sinérgica de informação, formação e contribuição teórica e prática das experiências em andamento.

Outro elemento de fundamental importância é o processo de comunicação entre os setores das políticas públicas no âmbito municipal. Ou seja, como os gestores se comunicam? Como os vereadores se comunicam com os gestores? Como os técnicos e profissionais se comunicam com os gestores? Como a população se comunica com os gestores e técnicos? São questões que em cada município possuem uma especificidade a ser enfrentada e discutida localmente.

Pensar a relação interdisciplinar e intersetorial é um ponto de inflexão no interior das políticas públicas, pois aqui se expressa a necessidade de entender o tipo de interdisciplinaridade existente para qual modelo de estratégia de intersetorialidade das políticas se quer. A relação entre as disciplinas é um elemento emblemático para se pensar a intersetorialidade e quebrar com as relações fragmentárias.

Observa-se que aqui são pontos nevrálgicos para se pensar a intersetorialidade em âmbito local, por isso este estudo é de extrema importância para se refletir sobre a intersetorialidade que se quer e sobre quais relações disciplinares existentes para atingir

a políticas sociais com qualidade.

#### **4 Considerações Finais**

Sáimos deste debate com a compreensão que precisamos conversar mais sobre a intersectorialidade no interior das políticas sociais, buscando refletir as práticas cotidianas para desenvolver relações entre os setores que contribuam com o avanço das políticas públicas no Brasil.

Entretanto, este avanço deve ser enfrentado nas condições adversas das políticas sociais numa conjuntura de restrição e regressividade, pois não podemos cair na condição conflituosa: servimos ao Estado que se volta para o capital ou servimos ao Estado que se volta para os trabalhadores? Agora é a hora de identificarmos em qual classe está localizada a direção do Estado e como ela vem tratando as políticas sociais voltadas para os vulneráveis das grandes, médias e pequenas cidades do país.

Saber a quem o Estado serve está colocado para os servidores públicos do município de São Gonçalo no sentido de desenvolver estratégias concretas e objetivas no atendimento da população local a partir da intersectorialidade. O tema para estes sujeitos ainda precisa ser aprofundado e debatido de forma a criar relação entre a prática cotidiana e a teoria presente na academia a fim de possibilitar uma sinergia criativa e de sugestões propositivas.

Vale aqui ressaltar que a intersectorialidade está sendo debatida e inserida em um contexto no qual a contrarreforma e a redução do Estado está sendo base para direção da função das políticas sociais. Por isso a necessidade de não discuti-la fora do contexto apenas vendo-a como estratégia de atendimento da população, mas enquanto uma situação de conflito de interesses nas relações entre classe no atual contexto.

As respostas dos servidores públicos de São Gonçalo nos possibilitaram garantir a fala daqueles que estão neste trabalho de articulação entre as políticas públicas no seu cotidiano e que precisa entender os processos necessários para a implementação de relações intersectoriais. Assim, as dúvidas postas por estes sujeitos nos colocam o desafio de nos aprimorar conceitualmente antes de estudarmos qualquer experiência mais a fundo: por que o maior problema é saber o que é? Onde se aplica? Como se dá o processo? Mas não pensamos a quem nós servimos em períodos nebulosos de cada realidade local.

Assim, consideramos ser de extrema importância dar continuidade na escuta de

quem trabalha como o tema e investir em pesquisas que possam identificar o conteúdo das falas para partilhar o máximo de conhecimento e informação.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEM, Giorgio. **Estado de Exceção: Estado de Sítio**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

BEHRING, Elaine Rossetti e Boschetti, Ivanete. **Política Social - fundamentos e história**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete. Os direitos da crise para a política social. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. **Capitalismo em Crise, Política Social e Direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

BOSCHETTI, Ivanete. América Latina, Política Social e Pobreza: “novo” modelo de desenvolvimento? In: SALVADOR, Evilásio et al. **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/trabalhador-caged>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2020.

BRONZO, Carla e VEIGA, Laura. Intersetorialidade e políticas de superação da pobreza: desafios para a prática. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 92, ano XXVII – novembro 2007.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é Política Social**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 2013.

GRANEMAN, Sara. Políticas Sociais e Financeirização dos direitos do trabalho. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 56-68, 2007.

IBGE CIDADES. **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-goncalo/panorama>. Acesso em 27 de fevereiro de 2020.

INOJOSA, Rose Marie. Intersetorialidade e a configuração de um novo paradigma organizacional. **RAP**. Rio de Janeiro ~2(2):~5,48. MAR./ABR. 1998.

MARQUES, Rosa Maria. O Capitalismo Financeiro e as Políticas Sociais: a nova face da contemporaneidade. RAICHELIS, Raquel, VICENTE, Damares e Minayo, Maria Cecília de Souza, Deslandes, Suely Ferreira e Gomes, Romeu (orgs). **Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade**. 32 ed. São Paulo: Vozes, 2012.

MOTA, Ana Elizabete. A centralidade da Assistência Social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: \_\_\_\_\_. **O mito da Assistência Social. Ensaios sobre**

**Estado, Política e Sociedade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, Potyara A. P. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n.112, p. 729-753, out. / dez. 2012.

SCHUTZ, Fernanda e Miotto, Regina Célia Tamasso. Intersetorialidade e política social: subsídios para o debate. **Sociedade em Debate**, Pelotas, 16(1): 59-75, jan.-jun./2010.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Giselle Souza da. Transferências de renda e monetarização das políticas sociais: estratégia de captura do fundo público pelo capital portador de juros. In: SALVADOR, Evilasio et al. **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

SPOSATI, Aldaíza. Gestão Pública Intersetorial: Sim ou Não? Comentários de experiência. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n 85. Março de 2006.

WERNECK VIANNA, Maria Lúcia Teixeira. O silencioso desmonte da Seguridade Social no Brasil. In: BRAVO, Inês Souza e PEREIRA, Potyara A. P. (org.). **Política Social e Democracia**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

WERNECK VIANNA, Maria Lúcia Teixeira. Reforma do Estado e política social: notas à margem do tema. In: BEHRING, Elaine Rossetti e ALMEIDA, Maria Helena Tenório de (orgs). **Trabalho e Seguridade Social percursos e dilemas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.